

Coluna do Castello

Sarney aconselha Collor a ceder

Há quase um ano o presidente Fernando Collor vem estendendo a mão em busca de entendimento. São poucos os que se têm disposto a apertá-la, esses mesmos no entanto carentes de condições para iniciar uma negociação consistente. É um economista do PDT, um sociólogo e um prefeito do PSDB, um deputado enrustido do PT. Apesar disso as poucas respostas positivas continuam a estimular o presidente a reiterar seus apelos, certo de que ele tem um programa que merece apoio e consideração de partidos e políticos que não sejam apenas os franciscanos do PFL, *do toma lá-dá cá*.

É verdade que neste momento há uma mobilização de partidos no Congresso para negociar apoio às medidas provisórias do Collor 2 em troca de um aumento do salário mínimo e da concessão de um abono aos demais assalariados, comprometendo-se ainda o governo a participar de amplas tratativas, sob comando parlamentar, para um novo projeto de lei salarial a ser votado antes da data-base de julho. A proposta tem acendido esperanças na Câmara, mas na verdade é difícil qualquer entendimento na base da revisão da política salarial e da transferência do comando do Executivo para o Legislativo.

Também o presidente do Banco Central está detectando sinais de que os agentes econômicos estão se dando conta da validade da política financeira em curso, o que seria sintoma de uma aceitação final das diretrizes adotadas pelo segundo plano do governo. Isso, no entanto, ainda não se reflete na avaliação das grandes vozes que definem o pensamento econômico vigente das elites brasileiras.

No fim de semana publicaram-se artigos de Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen e Delfim Neto, três antigos ministros do Planejamento que haviam tido expectativa positiva quando se delineou a política do governo Collor. Eles agora demonstram descren-



ça total no êxito do programa, de cuja nova etapa discordam abertamente. Se há uma tentativa de flexibilização das oposições no Congresso, os porta-vozes do pensamento liberal e da economia de mercado — que estranhamente são ex-ministros do regime militar — bloqueiam esperanças mal desabrochadas.

Antes de ouvir o discurso de ontem do presidente Collor, seu antecessor, o senador José Sarney, invocava seus próprios erros na Presidência da República para aconselhar o governo a ceder em alguma coisa. Em sucessivas conversas com lideranças parlamentares, Sarney tem alertado para a conveniência de que todos, governo e oposição, tenham postura diferente em relação ao pacote. E ele não fala para atender ao pregão conservador mas precisamente à outra vertente, pois tem feito transmitir a setores governistas convicções a que chegou de que nada se fará sem contemplar as reivindicações dos trabalhadores.

Lembra Sarney que seu governo pagou 5% do PIB pela ampliação dos direitos sociais feita pela Constituição de 1988. Mas ele sabe hoje que isso estava certo, na linha do novo conceito de democracia social. Diz ele que a classe operária tem meio de desestabilizar qualquer plano, como o vem fazendo desde o Plano Cruzado, e continuará a fazê-lo enquanto não sentir que suas reivindicações são levadas a sério.

Se a oposição não pode ser eternamente conspirativa, alega o ex-presidente, também o governo não pode se enclausurar no que acha que está certo. O ajustamento econômico e social é demorado por natureza. No México, decorreram oito anos antes que os resultados se tornassem visíveis. Seria necessário abandonar a veleidade de querer resolver tudo num só período presidencial. A idéia do sucesso político por si mesmo deve ser abandonada em favor de uma visão mais ampla do interesse nacional.

De jaquetão

Ao ministro Jarbas Passarinho, que o consultou sobre a viagem a Açailândia, onde se encontraria com o presidente Fernando Collor, o senador Sarney respondeu que isso não favoreceria ninguém. Aos amigos, acrescentou, aludindo ao fato de Collor apresentar-se publicamente em mangas de camisa: "Ainda não atirei o jaquetão".

José Serra ajuda Landim

O deputado Paes Landim, relator de uma das duas medidas provisórias do Plano Collor 2, foi a São Paulo no fim de semana para ouvir o deputado José Serra, do PSDB. Serra certamente ajudou Landim na elaboração (parte econômica) do parecer.